



Wilson Martins Lopes Junior*

Turismo de segunda residência na orla do distrito de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

Resumo: A geografia do turismo colabora na compreensão da complexidade do espaço turístico, analisando as relações sociais materializadas decorrentes das interferências turísticas. Neste sentido destacam-se as segundas residências em áreas turísticas, uma modalidade de alojamento turístico que cresce significativamente. A presente pesquisa abordou as diferentes definições da modalidade de turismo de segunda residência, e, também, diagnosticou empiricamente as segundas residências existentes na Praia do Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico, trabalho de campo, quantificação de segundas residências. Identificou-se expressivo número de segundas residências em relação às habitações tradicionais, que, certa forma, alteraram a organização espacial e introduziram mudanças socioespaciais que contribuem para a segregação urbana.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor adjunto no Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Second residence tourism in São Tomé district's beach in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

Abstract: Tourism Geography collaborates on the comprehension of the complexity of tourism space, analyzing the social relations materialized due to tourism's interference. On this sense, second residences stand out on tourism areas, one modality of tourism housing that significantly grows. The present research approached the different definitions of the modality of tourism of second residence, and also empirically diagnosed the second residences on Praia do Farol de São Tomé on Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. The methodology consists on bibliographic research, field study, and quantification of second residences. It was indentified an expressive number of second residences in relation to traditional houses, that, in certain way, alter the spatial organization and introduce social-spatial changes that contributes to urban segregation.

Palavras-chave:

Geografia do turismo; turismo litorâneo; norte fluminense.

Key-Words:

Tourism geography, coastal tourism, north fluminense.

Introdução

O turismo é uma prática social, dinâmica e complexa, que compreende fatores de diferentes cunhos, tais quais econômicos, ambientais e culturais. Em sua realização é essencial que haja o deslocamento do fluxo de pessoas em suas viagens. As viagens, essencialmente com finalidades recreativas e de lazer, somadas com todas as ações envolvidas na realização destas, caracterizam o turismo.

Para o turismo, o deslocamento das pessoas no espaço é essencial, para tanto se faz necessário um conjunto de infraestruturas logísticas – localidades emissoras e receptoras de turistas. Dessa forma, esses espaços geográficos são alterados recebendo influência expressiva da prática turística. Portanto, a relação entre o turismo e o espaço é íntima de modo que o primeiro necessita do segundo e, justamente por causar inúmeras alterações espaciais, o turismo torna-se objeto de estudo geográfico.

A interface da geografia com o turismo ocorre devido às alterações que essa atividade provoca no espaço geográfico, isso porque o turismo cria e recria formas espaciais por meio de um processo de estruturação. Essa apropriação do espaço e de seus elementos pelo turismo configura-se num processo resultante da ação de diferentes atores, como os próprios turistas, os planejadores, empresários do setor, promotores territoriais, entre outros que influem diretamente no ordenamento dos espaços apropriados.

Para Coriolano (1998, p.21) “O turismo é uma atividade que se desenvolve por meio dos elementos dos espaços geográficos.” Ou seja, o turismo se desenvolve com base nos elementos do espaço. Em sua prática, o turismo necessita de elementos e objetos instalados no espaço geográfico, uma infraestrutura de equipamentos específicos que sustentam sua atividade e desenvolvimento. Essa intervenção espacial será maior conforme o crescimento do turismo.

A crescente importância do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial. Para que o turismo – inserido na lógica de uma atividade econômica organizada – possa acontecer, faz-se necessária a criação de um sistema de objetos, que estão relacionados à locomoção de pessoas, à sua hospedagem, às suas necessidades de alimentação, capaz de atender à demanda de ações que lhe é própria (CRUZ, 2000, p. 8).

Portanto, o turismo apropria-se de partes do espaço geográfico alterando-as e influenciando na produção do espaço turístico, de modo a garantir a infraestrutura de hospedagem. Pode-se destacar que o turismo, por si só, também tem seus próprios objetos, tais como parques temáticos, restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis, pousadas, resorts, segundas residências, entre outros. Nesta perspectiva de produção e consumo do espaço pelo turismo, evidencia-se a apropriação direta e indireta do território, outro importante conceito geográfico.

Neste contexto, insere-se outro conceito chave da ciência geográfica, o território, uma vez que as modificações decorrentes do turismo se concretizam neste, de forma a reordená-lo sob a lógica de tal atividade. Assim, o território só existe por conta de agentes e atores que o constroem e territorializam o espaço. Desta forma, o homem, as empresas e o Estado produzem o território a partir do espaço por meio das relações de poder instituídas. No caso do turismo, o território é o palco das suas ações, pois para o turismo acontecer, é necessário que se faça uso da infraestrutura instalada no território, assim como instalar outras que sustentem sua atividade.

No que se refere à infraestrutura turística, a de alojamento é essencial a essa atividade, pois o turista é um indivíduo que está fora de seu local de origem, residência, necessitando de hotéis, pousadas, resorts, assim como das segundas residências. Justamente sobre estas últimas é que se realizou essa pesquisa, na qual se estudou esta modalidade de residência e as suas mudanças socioespaciais na Praia do Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

O turismo e as segundas residências

De forma geral, as segundas residências ou residências secundárias, constituem-se imóveis privados, adquiridos com o propósito do lazer de fins de semana e de férias, enfim, do turismo de seus proprietários. Essas residências são aquisições de uma parcela da população que tem condições financeiras de manter duas residências, a sua principal (primeira) na qual residem na maior parte do ano, e a segunda para o lazer, o que obviamente gera gastos, por exemplo, com a sua manutenção. No entendimento de Tulik (2001, p.9) “Residência secundária, portanto, opõe-se à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não”.

Para Tulik (1995), as segundas residências apresentam-se como alojamentos turísticos particulares que são ocupados em períodos de lazer por pessoas que, por sua vez, têm residências, ou seja, domicílios em outra localidade. Ainda sobre estas, Tulik (2001, p.9) diz: “Ninguém reside, permanentemente, em residência secundária, mas ocupa esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância do domicílio principal”.

Merece ênfase que apesar do princípio da ideia de segunda residência sustentar-se na compra do imóvel para o lazer do próprio comprador/proprietário, há casos de segundas residências que são locadas por seus proprietários para turistas em determinadas épocas do ano, nas quais os proprietários não utilizam os seus imóveis.

Foi apenas na década de 1950, segundo Becker (1995), que surgiu no Brasil esse tipo de residência, em razão de duas mudanças significativas: o novo modelo de transportes, decorrente da implantação e dos estímulos à indústria automobilística, e também a emergência de novos estratos sociais médios nas cidades, o que favoreceu o lazer e o turismo em um âmbito mais geral. O estudo pioneiro sobre a temática no Brasil é de Odete Seabra, datado da década de 1970, no qual se estudou o crescimento urbano no litoral paulista. Vale destacar que as conquistas trabalhistas e o tempo de ócio, associados ao uso do automóvel pelas classes média e alta favoreceram a aquisição de segundas residências, fossem ou não no litoral.

Autores como Tulik (2001) e Assis (2003) destacam que a segunda residência, enquanto modalidade de residência, tem crescido muito no país, bem como no resto do mundo. Isso pode ser facilmente observado na produção imobiliária crescente de domicílios turísticos específicos para alojarem os turistas durante determinado período de tempo, portanto, residências secundárias. Neste grupo incluem-se quaisquer tipos de habitações, como chalés, condomínios fechados, resorts, casas individuais, entre outras.

[...] residência secundária, portanto, é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar (TULIK, 2001, p. 9).

No entanto, as segundas residências não se restringem ao lazer garantido aos seus proprietários, pois também geram repercussões socioespaciais nos lugares onde estão localizadas. Pode-se dizer que a presença de segundas residências em localidades turísticas possui caráter ambíguo. Por um lado, estas trazem um retorno para a economia local, uma vez que estimulam, mesmo que sazonalmente, os mesmos serviços que residentes locais utilizam. Além disso, a presença desses imóveis representa um aumento na arrecadação de impostos. Por outro lado, a presença de uma grande quantidade de imóveis de segunda residência pode acarretar uma inflação no preço dos imóveis gerando uma especulação imobiliária expressiva, de modo que se tornam precárias as condições de moradia acessível para grande parte da população local. Esse processo, portanto, gera a segregação espacial e favelização das cidades turísticas.

Seabra (1979) aponta problemas em relação aos preços dos terrenos e formas de ocupação.

A mesma autora ainda adverte para risco de uma cidade perder suas características balneárias e restringir-se a um centro de comércio e serviços com o predomínio das segundas residências. Essa forma de alojamento também é responsabilizada por outros problemas:

[...] desalojarem com suas edificações e infraestruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e pesqueiro e provocarem turbulência a níveis culturais e sociais (perfis de emprego, alterações de estilos e horizontes de vida, etc.) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição das qualidades das águas doces e oceânicas etc.) (BARROS, 1998, p. 28).

Questões como estas podem fazer com que o turismo ocorra de forma impactante e negativa ao local, de modo a alterar a paisagem natural para adequá-la a lógica de sua venda, ou seja, não se considera os valores paisagísticos e ambientais particulares. Deste modo, existem conflitos entre população local e turistas decorrentes da ação do mercado, pois o aumento da procura por propriedades pode levar à especulação imobiliária. Neste contexto, vale dizer que o mercado, como lembra Knafou (1996), é o responsável pelos espaços serem turistificados, de modo que o econômico passa a determinar o turismo e cria os produtos turísticos para serem vendidos aos consumidores evidenciando o marketing turístico.

Mas o turismo, na perspectiva de Ignarra (2003) tem seus impactos econômicos tanto positivos quanto negativos. No caso dos positivos o autor destaca o aumento da renda no destino turístico, e, no caso dos negativos, menciona o processo inflacionário desencadeado por essa atividade. Para Rejowski (1996) no turismo pode-se identificar alguns benefícios como: geração de emprego e de renda, aumento da arrecadação de impostos, atração de investimentos, entre outros. No caso dos prejuízos, a referida autora destaca, entre outros o aumento da economia informal, do custo de vida, a especulação imobiliária.

Existem ainda outros impactos na esfera ambiental e sociocultural, como por exemplo, a questão do lixo, de esgoto e da água tratada, a descaracterização cultural, a prostituição, abandono de atividades tradicionais, etc. Segundo Ruschmann (2002), o meio natural assim como o sociocultural, sofrem impactos negativos do turismo a ponto destes serem mais expressivos do que os impactos positivos.

Já sobre os impactos socioculturais do turismo, autores como Ferreti (2002) e Fernandes; Coelho (2002) concordam que esses compreendem as mudanças na vida diária dos residentes, principalmente no que se diz respeito ao estilo de vida propriamente dito, valores e questões de ordem intelectual e artística. Para Ferreti (2002), os impactos socioculturais, assim como os econômicos, também podem ser positivos ou negativos, dimensionados principalmente a partir do contato entre os turistas e a população local.

Por fim, essas interferências espaciais do turismo, em suas diferentes ordens, sejam econômicas, ambientais ou socioculturais, estruturam e reestruturam o espaço geográfico, pondo em relevo questões problemáticas que podem comprometer a própria atividade turística.

Segundo Coriolano (2005), os meios de hospedagens turísticas como as segundas residências, hotéis, pousadas, unidades residenciais, aglomerados urbanos e os resorts também provocam alterações em seu entorno, o que conseqüentemente produz e reproduz o espaço geográfico, justificando a necessidade dos estudos da geografia do turismo. Assim, é dessa influência e transformação espacial do turismo que decorre a possibilidade e necessidade da geografia e seu cabedal teórico colaborar em estudos da geografia do turismo, como, por exemplo, estudando as implicações territoriais desta atividade social e econômica.

Como previamente explicado, o turismo acaba por gerar diversas alterações socioespaciais. Algumas delas podem ser positivas, como o aumento de infraestrutura básica e turística, sendo outras delas negativas, como os problemas sociais derivados da especulação imobiliária decorrente do aumento de segundas residências.

Sendo assim, a realização de pesquisas como as de segundas residências, somadas aos

seus resultados, podem colaborar com o planejamento turístico de uma localidade, reduzindo os impactos e favorecendo o desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, a administração pública necessita utilizar as diferentes pesquisas e conhecer a realidade da localidade turística e de seus moradores. Nesta perspectiva intervir fornecendo diretrizes ao desenvolvimento do turismo, minimizando os conflitos intencionando o desenvolvimento social justo.

[...] a busca incessante da melhoria das condições de vida das populações humanas através da diminuição da desigualdade social, política e econômica é o objetivo que deve ser perseguido pelo Planejamento como política do Estado. E o turismo, como tema relativamente novo das Políticas Públicas, deve perseguir o mesmo objetivo [...] (DIAS, 2008, p.10).

O planejamento é a fase operacional que disciplina o uso do território funcionando como instrumento político e ideológico expresso nas políticas públicas. Essas, por sua vez, são essenciais para que as atividades turísticas se desenvolvam, uma vez que nelas estão presentes as próprias estratégias do Estado para o setor.

Sendo assim, é primordial que as políticas públicas relacionadas ao turismo considerem esta atividade sob uma visão holística, que englobe tanto os aspectos positivos, tentando intensificá-los, assim como os negativos, tentando mitigá-los. Dessa forma, buscando estimular a atividade turística de maneira a propiciar um retorno à população.

Objetivos e justificativa

Diante do contexto das transformações socioespaciais, decorrentes da prática do turismo e suas interferências no território, a presente pesquisa centrou-se na temática de segundas residências, tendo enquanto objetivos a identificação deste fenômeno e suas potenciais consequências na orla da praia do Farol de São Tomé, Avenida Olavo Saldanha, no município de Campos dos Goytacazes RJ. Para tanto, os objetivos foram: compreender teoricamente a ocorrência da modalidade de turismo de segunda residência em áreas litorâneas; Identificar a quantidade de segundas residências localizadas na avenida da praia do Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes, região norte fluminense.

O acesso ao distrito do Farol de São Tomé, portal mostrado na Figura 1, se dá através da RJ 216, rodovia Dep. Alair Ferreira mais conhecida como rodovia Campos - Farol. Essa rodovia possui 52 quilômetros de extensão a partir da BR-101 interligando a cidade de Campos dos Goytacazes ao seu litoral, o distrito do Farol de São Tomé.

Figura 1 – Portal de acesso ao distrito de Farol de São Tomé (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Considerando os objetivos propostos, a contribuição desta pesquisa está relacionada ao planejamento turístico, uma vez que seus resultados podem contribuir com o poder municipal e suas políticas públicas. É por meio das políticas públicas que o Estado expressa seu poder, atuando na estruturação de um fenômeno complexo e com tanta variedade de atores sociais e demandas como o turismo. Somente a partir dessas, portanto, é que se viabiliza a apropriação planejada do espaço geográfico pelo turismo, de modo a valorizarem o interesse da sociedade.

Sendo assim, as informações e análises obtidas com a execução desta pesquisa apresentam-se como subsídio ao planejamento e a manutenção da atividade turística, trabalhando em conjunto com ações públicas no delineamento de ações que antecipem possíveis problemas, ou, ainda, que potencializem os benefícios.

Metodologia

A área pesquisada foi a avenida litorânea chamada Olavo Saldanha, conhecida como Avenida Atlântica, localizada no distrito de Farol do São Tomé que, por sua vez, pertence ao município de Campos dos Goytacazes, RJ. Nas Figuras 2 e 3 apresenta-se parte da avenida, do calçadão e de comércios.

Essa avenida é a única da orla da praia do Farol, portanto, é onde se concentram os turistas e as atividades voltadas a esse público, como entretenimento, comércio, alimentação e hospedagem. Esta avenida, no entanto, se destaca em relação ao último item citado, pois é nesta que se localizam grande parte das segundas residências do distrito de Farol de São Tomé, conforme ainda será apresentado.

Segundo Lopes Júnior (2013), a Avenida Saldanha Marinho concentra, em sua extensão, 07 equipamentos de hospedagem (pousadas e hotéis), 63 de alimentação (restaurantes, lanchonetes, quiosques e barracas) e 09 de comércio (lojas de souvenirs e produtos de praia), sofrendo acréscimos na alta estação, com exceção das hospedagens, que se mantêm estáticas. O referido autor justifica que um fator expressivo para a manutenção dos mesmos 07 equipamentos de hospedagem é a existência de segundas residências, localizadas, especialmente, na Avenida Saldanha Marinho.

Na Figura 4, podemos observar, na parte inferior da construção, estabelecimentos comerciais, como uma sorveteria, restaurante e uma pousada. Na parte superior, primeiro plano (esquina), apresentam-se segundas residências.

Figura 2 – Avenida Olavo Saldanha (Fevereiro 2013).



Figura 3 – Avenida Olavo Saldanha (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Figura 4 – Equipamentos Turísticos na Avenida Olavo Saldanha (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

O município de Campos dos Goytacazes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) possui população de 463.731 mil habitantes, sendo a maior cidade do interior fluminense e também o maior município em extensão territorial. A exploração de petróleo e gás natural em sua costa atlântica é o grande destaque de sua economia, configurando-a como a maior produtora de petróleo do Brasil.

Com relação às suas praias de uso turístico, destaca-se a do Farol de São Tomé, Figuras 5 e 6, que recebe o maior fluxo de turistas. De acordo com Lopes Júnior (2013), a praia do Farol tornou-se mais atrativa em decorrência da ação da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, que promove eventos de entretenimento no verão, especialmente shows musicais gratuitos, o que favorece o fluxo expressivo de turistas neste período. Ainda neste contexto, o poder municipal disponibiliza transporte público com tarifa reduzida a custo de R\$1,00 para o trecho de 47 km que separa a cidade de Campos dos Goytacazes de sua praia. Por fim, outro aspecto que contribui para a concentração de turistas na praia do Farol, e, conseqüentemente, do distrito do Farol de São Tomé, foi a instalação de um heliporto, usado pela Petrobrás para embarque e desembarque de passageiros/trabalhadores com destino às plataformas de petróleo da Bacia de Campos, assim como o aumento do tráfego de embarcações de apoio às plataformas de petróleo na bacia de Campos.

Figura 5 – Praia do Farol (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Figura 6 – Praia do Farol (Fevereiro 2013).

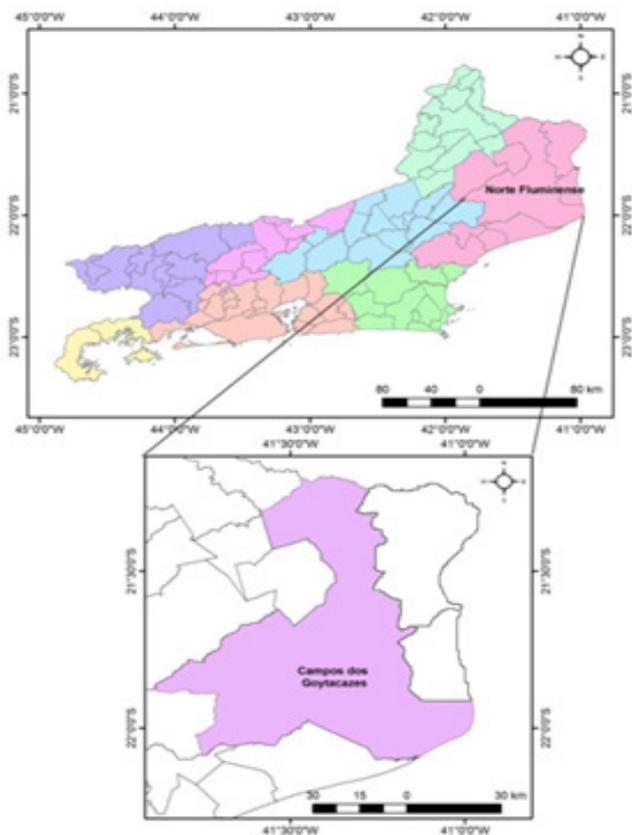


Fonte: arquivo do autor.

Para Pedrosa; Totti (2006) a região norte fluminense é uma área de contrastes econômicos e sociais, sendo que economicamente destacaram-se a indústria sucroalcooleira (século XVIII e XIX) e a do petróleo (década de 1970 até hoje). Os municípios do norte fluminense, apesar do ciclo do petróleo e a quantidade muito expressiva de royalties recebidos pelas prefeituras da região, expressam, segundo Cruz (2006), a desigualdade social através de pobreza, miséria e falta de infraestrutura.

De forma sistematizada, as etapas executadas nesta pesquisa no ano de 2013 foram as seguintes: realização de levantamento bibliográfico através da pesquisa em livros, periódicos, monografias, dissertações e teses sobre a geografia do turismo e as segundas residências; Busca de dados junto à prefeitura do município de Campos dos Goytacazes, sobre possíveis informações referentes às segundas residências existentes na Avenida Olavo Saldanha (Atlântica), na Praia do Farol de São Tomé; Trabalhos de campo periódicos para identificar as segundas residências na orla da Praia do Farol; Entrevistas com proprietários de estabelecimentos comerciais e moradores da localidade, para identificar e quantificar as segundas residências localizadas na avenida da praia do Farol. Além disso, outra fonte de informações para atender a esse objetivo foram as imobiliárias visitadas a tal propósito.

Figura 7 – Localização da área de estudo.

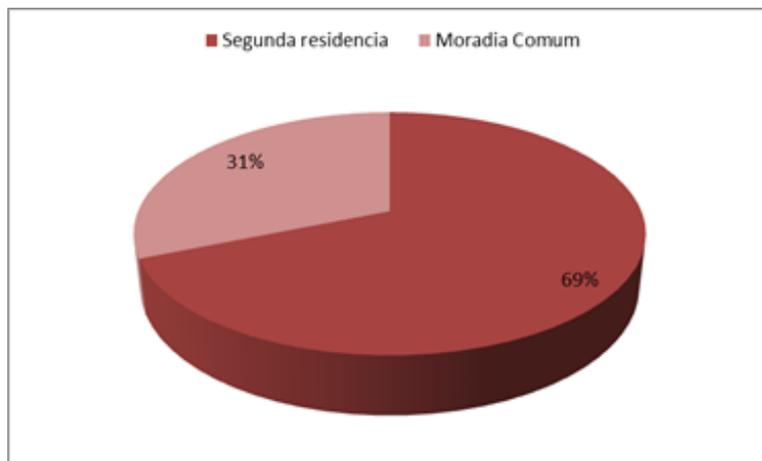


Fonte: elaborado pelo autor.

Resultados e discussão

Através dos procedimentos metodológicos expostos, identificou-se na Avenida Olavo Saldanha (Atlântica), na praia do Farol de São Tomé, um total de 199 residências, sendo que, destas, 137 são segundas residências. Conforme a figura 8, pode-se perceber que 69% das habitações quantificadas referem-se às segundas residências, enquanto os 31% restante constituem-se em residências principais (primeira residência), ou seja, ocupadas efetivamente por seus proprietários.

Figura 8 – Residências encontradas no litoral da praia do Farol de São Tomé



Fonte: elaborado pelo autor.

As Figuras 9 e 10 mostram duas segundas residências na Avenida Olavo Saldanha (Atlântica). Cabe destacar que parte das segundas residências identificadas são eventualmente alugadas por seus proprietários durante o período de alta temporada, como forma de renda, pois nesta época os valores dos aluguéis são elevados, conforme depoimento de alguns moradores e funcionários de imobiliárias locais. A ocupação mais expressiva ocorre nos meses de janeiro e fevereiro, quando a prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes promove nesta praia shows diários gratuitos de cantores com expressão nacional. Esses eventos constituem importante atrativo turístico da localidade.

Figura 9 – Segunda residência (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Figura 10 – Segunda residência (Fevereiro 2013).



Fonte: arquivo do autor.

Considerações finais

O turismo de segunda residência foi identificado na área de estudo. A alta expressividade dos imóveis destinados ao uso como segundas residências na localidade em questão pode ser um indicativo de consequências e fenômenos mais amplos, hipotetizados através do estudo bibliográfico.

Essa predominância de segundas residências permite concluir que a hospedagem na orla se restringe a pessoas com maior poder aquisitivo, que tem a possibilidade de manter uma segunda residência, ou de pagar os altos valores de locação em época de veraneio. Dessa forma, evidencia-se a dinâmica socioespacial a qual o turismo submete à localidade.

A presença menos expressiva de moradias utilizadas como primeira residência pode ser uma evidência de um fenômeno urbano mais amplo, no qual os altos custos da moradia nas áreas associadas a valorização turística podem estar originando um processo de segregação socioespacial.

Referências

- ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano VII, n° 11, 12 e 13. Set./out., 2003.
- BARROS, N. C. C. de. **Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Universitária da UFPE, 1998.
- BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da política federal do turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1998.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.) **Turismo com ética - Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável**. Fortaleza: UECE, 1998, p.110-120;
- CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, Sylvio B. M. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.
- CRUZ, J. L. V. da. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. In: CARVALHO, A. M. de; TÓTTI, M. E. F., (orgs). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CRUZ, R. C. A. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.
- FERNANDES, I. P.; COELHO, M. F. **Economia do turismo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente**. 1ª ed. São Paulo, SP: Roca, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado: 13/02/2012.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- KNAFOU, R. **Turismo e Território**. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.33-38.
- LOPES JUNIOR, W. M. Estudo preliminar da modalidade de turismo e da infraestrutura instalada no litoral da região norte fluminense como subsídio ao planejamento turístico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, pp.384-399.
- PEDROSA, P., TÓTTI, M. E. F. Região norte fluminense: terra de contrastes. In: CARVALHO, A. M. de, TÓTTI, M. E. F., (orgs). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- REJOWSKI, M. **Turismo sob a óptica dos monitores municipais**. Brasília: Embratur, 1996.
- RUSCHMANN, D. M. **Turismo no Brasil: Análises e Tendências**. 1ª ed. São Paulo, SP: Manole, 2002.
- SEABRA, O. C. de L. A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano. 122 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1979.
- TULIK, O. Residências Secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. **Tese** (Livre-docência) Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.
- TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

Correspondência:

Wilson Martins Lopes Junior

E-mail: wmlopesjunior@id.uff.br

Recebido em 24 de julho de 2014.

Revisado pelo autor em 24 de março de 2015.

Aceito para publicação em 30 de março de 2015.